



Construindo um Futuro Sustentável e Resiliente para o Município

Um Guia Prático para
Elaboração do Plano
de Governo Municipal
com Transversalidade
Ambiental e Gestão
de Riscos Climáticos

Construindo um Futuro Sustentável e Resiliente para o Município

Guia Prático para Elaboração do Plano de Governo Municipal com Transversalidade Ambiental e Gestão de Riscos Climáticos

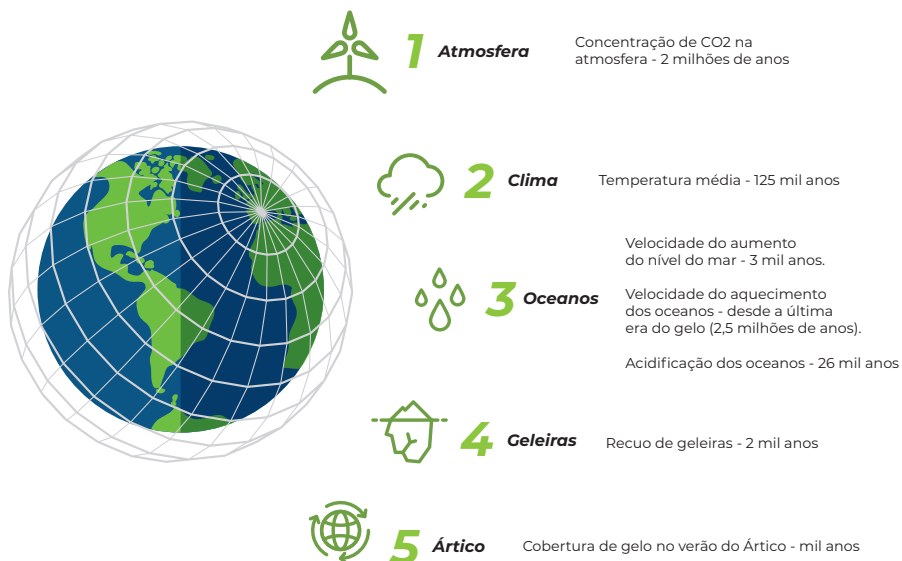
Introdução

Caro candidato, este guia oferece um método simplificado, em 6 etapas, para a elaboração de um Plano de Governo Municipal (PGM), integrando de forma transversal a temática ambiental e a gestão de riscos climáticos. Nossa recomendação é que isso seja feito de maneira alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Os ODS são um conjunto de 17 metas e 169 submetas estabelecidas pelas Nações Unidas na chamada Agenda 2030, em 2015. Eles visam a promoção do desenvolvimento sustentável, que é um desenvolvimento que atende às demandas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades. Cada um dos 17 ODS é intrinsecamente ligado aos outros, refletindo a natureza interdependente dos desafios globais e a necessidade de soluções integradas. Ao buscar atingir esses objetivos, os municípios podem promover um desenvolvimento que beneficie as pessoas e o planeta, agora e no futuro.

A crise climática e ambiental mundial é uma das maiores ameaças à humanidade. Para enfrentar esse problema, é necessário formar e mobilizar tomadores de decisão para lidar com os desafios envolvidos na transformação necessária.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, os eventos climáticos extremos serão cada vez mais comuns. Chuvas fortes, inundações, secas, ondas de calor e ressacas serão mais intensos e constantes. Ondas de calor, por exemplo, que acontecem em média uma vez a cada dez anos em climas pouco influenciados pela atividade humana, tendem a se tornar 4 vezes mais frequentes com um aumento de 1,5°C e 6 vezes mais frequentes em um cenário de aumento médio de temperatura de 2°C. Serão 9 vezes mais frequentes com um aumento de 4°C na temperatura global (WRI, 2023). Para se ter uma ideia, somente em 2023, o Brasil apresentou um recorde em desastres naturais hidrológicos e geológicos, com mais de 1.000 ocorrências nos municípios e um impacto direto na vida de mais de 500 mil habitantes (MCTI, 2024).



Para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C, as emissões globais de gases de efeito estufa devem ser reduzidas em 45% até 2030 e chegar a zero até 2050. Importante destacar que o combate às mudanças climáticas é apenas um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS são importantes para o desenvolvimento sustentável porque fornecem um quadro global para a ação. Eles identificam as principais áreas de preocupação para o desenvolvimento sustentável e estabelecem metas específicas para alcançar esses objetivos. São também relevantes para todos os países, estados e municípios, independentemente de seu nível de desenvolvimento, abordando uma ampla gama de questões, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água, energia, crescimento econômico, mudanças climáticas, paz e justiça.



A implementação dos ODS requer um esforço global coordenado. Os governos, as empresas, as organizações da sociedade civil e os indivíduos têm um papel a desempenhar para alcançar esses objetivos. Sempre bom ressaltar que as pessoas, escolas, empresas, indústrias etc. estão, invariavelmente, nos MUNICÍPIOS, e é nessa escala que as transformações devem ser mais profundas.

Nesse contexto, a formação de lideranças locais nos governos (executivo e legislativo), bem como no setor privado, é essencial para alcançar as metas de um município bem gerido, economicamente próspero, e seguro para a sociedade e o ambiente. Esses líderes devem ter uma compreensão profunda dos processos ambientais, sociais e de governança em suas áreas de atuação, bem como das soluções existentes e da necessidade de inovação. Eles também devem ser capazes de mobilizar pessoas e recursos para implementar essas soluções.

Lembre-se: A elaboração do PGM é um processo participativo e dinâmico. Este guia oferece um ponto de partida sólido, mas esteja aberto a sugestões e adaptações vindas da população para atender às necessidades específicas do seu município.

1. Compreendendo o Cenário e Definindo Prioridades:



Análise Diagnóstica:

Realize um estudo aprofundado do município, abrangendo aspectos socioeconômicos, ambientais, climáticos e institucionais.

Utilize dados oficiais, pesquisas e estudos relevantes para mapear os principais desafios e oportunidades do município.

Identifique áreas prioritárias para intervenção, considerando as necessidades da população e as características locais.

Engajamento da Sociedade Civil:

Promova amplas consultas públicas com diversos grupos sociais, como ONGs, comunidades, empresas e academia.

Utilize mecanismos participativos como fóruns, audiências públicas e pesquisas online para coletar sugestões e prioridades da população.

Considere as demandas e perspectivas de diferentes segmentos da sociedade na construção do PGM.

2. Integração dos ODS e da Agenda 2030 no Plano de Governo:



Alinhamento com os ODS:

Mapeie os ODS mais relevantes para o contexto do município, considerando suas características e desafios específicos.

Defina metas e ações estratégicas para cada ODS priorizado, alinhando-as com os indicadores globais e nacionais.

Utilize os ODS como norteadores para a construção de um futuro mais sustentável e próspero para o município.

Agenda Local 2030:

Elabore uma Agenda Local 2030 específica para o município, detalhando as metas, ações e indicadores de acompanhamento para cada ODS priorizado.

Estabeleça parcerias com diferentes atores locais para implementar a Agenda Local 2030 e alcançar os objetivos traçados.

Monitore e avalie periodicamente o progresso na implementação da Agenda Local 2030, realizando ajustes e aprimoramentos conforme necessário.

3. Transversalidade Ambiental e Gestão de Riscos Climáticos:



Integração Ambiental:

Incorpore a temática ambiental em todas as áreas do PGM, desde a infraestrutura e o desenvolvimento urbano até a educação e a saúde.

Priorize ações que promovam a sustentabilidade ambiental, a conservação dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade.

Adote medidas para mitigar e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas, garantindo a resiliência do município.

Gestão de Riscos Climáticos:

Realize uma avaliação aprofundada dos riscos climáticos que afetam o município, considerando aspectos como

inundações, secas, ondas de calor, deslizamentos de terra e eventos climáticos extremos. Realize um Mapeamento de ocupações em áreas de risco.

Elabore um Plano de Gestão de Riscos Climáticos Municipal, definindo medidas de prevenção, preparação, resposta e recuperação para os diferentes tipos de riscos identificados.

Elabore um programa de realocação de pessoas em áreas de alto risco.

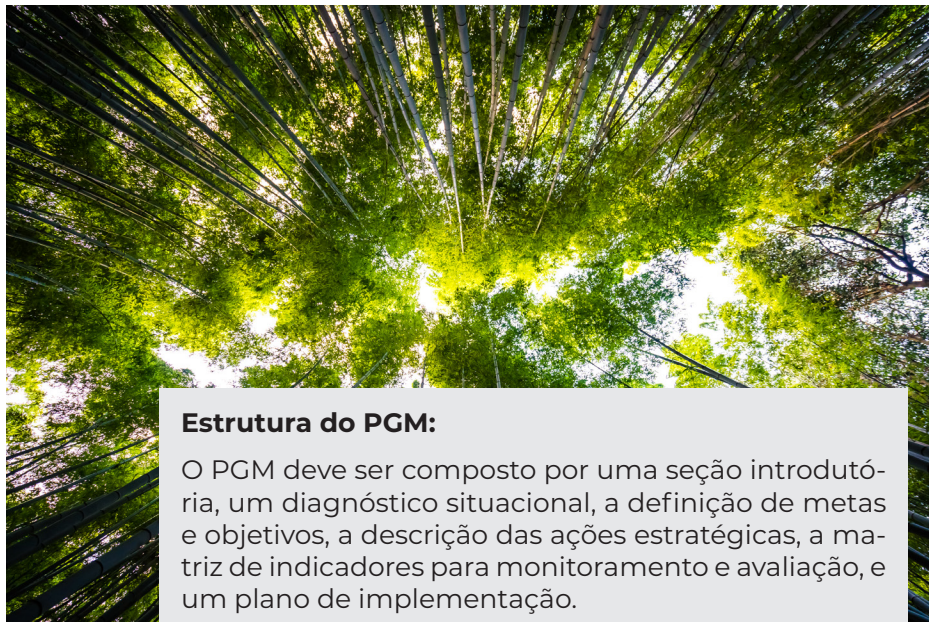
Integre a educação para a mudança climática e a sustentabilidade na grade curricular das escolas municipais, capacitando alunos e educadores para compreender, prevenir e mitigar os impactos das mudanças climáticas em nível local e global.

Capacite a população e os servidores públicos para lidar com os riscos climáticos, promovendo a cultura da resiliência no município.

Lembre-se que a mitigação climática se refere às ações para reduzir a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera, como o plantio de árvores para estocar carbono. Já a adaptação climática envolve ações para lidar com os impactos climáticos, como a instalação de infraestrutura verde para aumentar a absorção e retenção de água no terreno.

A resiliência, nesse contexto, é a capacidade das cidades resistirem a choques ou impactos negativos resultantes da ocorrência de eventos extremos e sua aptidão de se recuperar o mais rápido possível.

4. Estrutura do PGM e Ações Estratégicas:



Estrutura do PGM:

O PGM deve ser composto por uma seção introdutória, um diagnóstico situacional, a definição de metas e objetivos, a descrição das ações estratégicas, a matriz de indicadores para monitoramento e avaliação, e um plano de implementação.

A linguagem do PGM deve ser clara, concisa e acessível à população em geral.

O PGM deve ser publicado em um canal oficial de comunicação da Prefeitura Municipal, com fácil acesso para a população.

Ações Estratégicas:

As ações estratégicas devem ser específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e temporizáveis (SMART).

Cada ação estratégica deve estar vinculada a um ou mais ODS priorizados.

As ações estratégicas devem ser detalhadas, incluindo os responsáveis pela implementação, os prazos previstos, os recursos necessários e os indicadores de monitoramento.

5. Implementação, Monitoramento e Avaliação:



Plano de Implementação:

Elabore um plano detalhado para a implementação do PGM, definindo responsabilidades, prazos, recursos e mecanismos de acompanhamento.

Crie uma comissão intersecretarial para coordenar a implementação do PGM e garantir a integração transversal das ações ambientais e de gestão de riscos climáticos.

* Estabeleça parcerias com o setor privado, a sociedade civil e instituições governamentais para apoiar a implementação do PGM.

Monitoramento e Avaliação:

Defina um sistema robusto de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso na implementação do PGM.

Utilize a matriz de indicadores para medir o alcance das metas e objetivos estabelecidos. Sugere-se a adoção da base de indicadores do sistema ABNT para serviços urbanos e de qualidade de vida (ABNT NBR ISO 37120:2021), para cidades inteligentes (ABNT NBR ISO 37122:2021) e para cidades resilientes (ABNT NBR ISO 37123:2021).

Realize avaliações periódicas do PGM para identificar pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA).

Com base nas avaliações, promova ajustes e melhorias contínuas no PGM para garantir a sua eficácia.

6. Comunicação e Transparência:



Comunicação Efetiva:

Estabeleça uma estratégia de comunicação para divulgar o PGM à população, informando sobre seus objetivos, metas e ações previstas.

Utilize diversos canais de comunicação, como redes sociais, meios de imprensa locais, reuniões comunitárias e panfletos informativos.

Promova campanhas de conscientização sobre temas ambientais e de gestão de riscos climáticos.

Transparência e Prestação de Contas:

Publique periodicamente relatórios de progresso sobre a implementação do PGM, informando à população sobre os resultados alcançados e os desafios enfrentados.

Facilite o acesso da população às informações sobre o PGM, por meio do portal da transparência da Prefeitura Municipal ou outros canais oficiais.

Promova a participação da sociedade civil no monitoramento e avaliação do PGM, garantindo a transparência e a accountability (prestação de contas) do governo municipal.

Conclusão:

Ao elaborar o Plano de Governo Municipal com base neste guia, você contribuirá para a construção de um futuro mais sustentável, resiliente e próspero para o seu município. A integração transversal da temática ambiental e da gestão de riscos climáticos, aliada ao alinhamento com os ODS da ONU, demonstra o compromisso da gestão municipal com o bem-estar da população e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Materiais de Apoio:

<https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-recursos/20575-ibge-explica-cidades-sustentaveis.html>

<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

<https://www.anamma.org.br/about-3>

<https://www.guiaagenda2030.org>

Acompanham esse guia dois anexos: um exemplo de Plano de Governo Municipal elaborado, para que os candidatos vejam como será o formato de um plano finalizado, e uma lista das principais normas federais de aplicação obrigatória para os municípios.

Quem produziu este documento



Leonardo Teixeira

Possui formação em Agronomia e um Ph.D. em Ambiente e Sociedade. Analista Ambiental do IBAMA há mais de 20 anos e professor doutor em programas de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em universidades da Espanha, Estados Unidos e México. É editor associado da Revista Ambiente & Sociedade e já ocupou o cargo de Coordenador-Geral de Gestão Ambiental Territorial e Urbana no Ministério do Meio Ambiente.



Hugo Schaedler

M. SC em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade (FSP/USP - 2024). Especialista em Gestão Florestal (UFPR/2007). Engenheiro Florestal (UnB/2003)

Analista Ambiental do IBAMA há 18+ anos, com experiência em gestão pública ambiental, liderança e implementação de indicadores de gestão e sustentabilidade.

Ex-superintendente do Ibama no Pará



Roberta Salazar M.Sc.

Advogada especialista em Direito Constitucional, mestre em Políticas Sociais. Professora universitária do Centro Universitário Módulo (Grupo Cruzeiro do Sul), na disciplina Direito Constitucional. Tutora em Educação à Distância.



Colaboração

Eng. Marcelo Manara, Diretor Nacional ANAMMA de Aguas e Rios Urbanos e Presidente CEIVAP

Naiade

Com mais de 20 anos de experiência, a nossa equipa realizou pesquisas, ensinou e analisou estudos ambientais, bem como geriu operações de aplicação da lei ambiental em agências federais.

www.naiade.eco.br

Apoio



Instituto Brasileiro de ESG

